

Rio Grande do Sul vai conhecer ‘novo jeito de governar’

30/10/2006

Publicada originalmente na Agência Carta Maior. Se preferir, [clique aqui](#), e acesse a matéria no seu local original.

Vitória de Yeda Crusius (PSDB) no Rio Grande do Sul coloca Estado em uma situação peculiar. Programa e governo da candidata vitoriosa é muito parecido com o que Alckmin propunha ao Brasil. Assim, RS vai virar um laboratório do que poderia ter sido um governo tucano em nível nacional. PT avalia que obteve vitória política no Estado e comemora maioria em Porto Alegre.

Marco Aurélio Weissheimer – Carta Maior

PORTO ALEGRE – A maioria dos eleitores gaúchos decidiu eleger a deputada federal Yeda Crusius (PSDB) para governar o Estado nos próximos quatro anos. Yeda recebeu 3.377.973 votos (51,54% dos votos totais e 53,94% dos válidos). Olívio Dutra (PT) ficou com 2.884.092 (44,01% dos votos totais e 46,06% dos válidos). O índice de abstenção foi muito alto, chegando a 15,44% (1.197.001). Os votos brancos totalizaram 1,96% (128.696) e os nulos 2,48% (162.821). Economista, 62 anos, ex-ministra do Planejamento do governo Itamar Franco, Yeda Crusius será a primeira mulher a governar o RS e promete implementar no Estado um “novo jeito de governar”. Apesar da derrota eleitoral, o PT comemorou algumas vitórias importantes como a retomada da maioria em Porto Alegre, onde venceu a disputa com 5 mil votos de vantagem (416.193 votos contra 411.866). Mas a principal vitória mesmo foi a volta das bandeiras vermelhas para as ruas, presença que havia sido atropelada pela crise política de 2005.

Embora tenha sido por uma escassa margem de votos, a vitória em Porto Alegre tem um significado importante, considerando o inferno astral que atingiu o PT nos últimos meses e o desempenho do partido nas eleições municipais de 2004. Naquele ano, Raul Pont fez 378.099 votos contra 431.820 de José Fogaça (PPS), que acabou vencendo as eleições. Após a crise do chamado “mensalão” houve quem dissesse que o PT e a esquerda em geral estavam acabados como força política no Estado. Apesar da derrota neste domingo, a Frente Popular, composta por PT, PC do B e PSB, conquistou um pouco menos da metade dos votos no Estado, superando inclusive a votação nominal feita por Tarso Genro nas eleições estaduais de 2002. O candidato petista, naquele ano, fez 2.196.134 votos contra os 2.426.880 de Germano Rigotto (PMDB). A diferença entre Tarso e Rigotto, porém, foi menor do que a verificada nas eleições deste ano, quando Yeda livrou mais de 493 mil votos sobre Olívio. Mas, para além dos números, as ruas mostraram que a esquerda permanece uma força política expressiva no RS.

Especialmente na última semana de campanha, Porto Alegre viu uma cena que muitos acreditavam varrida do mapa. O retorno às ruas das bandeiras vermelhas com a estrela amarela indica que um laço que estava estremeado foi reatado com a militância em geral e com os simpatizantes do PT e da esquerda no Estado. Esse não é um dado menor, considerando o resultado político da eleição no RS. Além da vitória de Yeda, o candidato Geraldo Alckmin teve mais votos que Lula no Estado. O tucano recebeu 3.485.916 votos (55,35% dos válidos) e Lula 2.811.658 (44,65%). Alckmin fez mais votos que Yeda e Olívio fez mais votos que Lula no RS. Assim, o Estado que já foi sede do Fórum Social Mundial e referência para a esquerda mundial, dá uma guinada forte para a direita. Ainda no domingo à noite, após a definição do resultado, a constatação dessa guinada e seus reflexos para o futuro próximo já ocupava as conversas de militantes e simpatizantes da esquerda gaúcha.

Um governo Alckmin no RS?

A vitória de Yeda Crusius e de seu vice Paulo Feijó (PFL) coloca o Rio Grande do Sul numa posição política peculiar. A campanha da coligação vitoriosa fugiu como o diabo da cruz do tema das privatizações e depositou todas as suas fichas na idéia de “um novo jeito de governar” e no fato de Yeda ser mulher. Uma idéia vaga e não explicitada, a não ser por algumas indicações em seu programa de governo que fala em corte de gastos públicos, realismo orçamentário e racionalização da máquina estatal, expressões que freqüentaram também o discurso do candidato Geraldo Alckmin. Ou seja, a proposta que foi amplamente derrotada no Brasil, será aplicada no RS, que se transformará assim em um laboratório do que poderia ter sido um governo tucano em nível nacional. Os gaúchos são considerados useiros e vezeiros em colocar-se contra o governo central. O governo Yeda será mais uma oportunidade para exercer esse esporte.

No lado do PT e de seus aliados no Estado, o desafio agora é aproveitar a energia militante acumulada na campanha e tentar recompor e fortalecer relações sociais que haviam sido atingidas pela crise política. Ao reconhecer oficialmente a derrota, Olívio Dutra comemorou o que considerou ser uma vitória política na campanha, expressão utilizada também por outras lideranças petistas. O candidato petista disse ainda que o PT fará uma oposição responsável ao governo Yeda e destacou os mais de 46% de votos recebidos e as alianças consolidadas com PSB, PC do B e setores do PDT. Será a partir destes 46% de votos que o partido começará a traçar sua estratégia para o próximo desafio eleitoral: a reconquista de Porto Alegre e de outras cidades gaúchas que o partido já governou, como Caxias do Sul e Pelotas. Antes disso, porém, conforme destacaram dirigentes do partido, precisa seguir retomando e qualificando suas relações sociais, especialmente com aqueles setores que já estiveram próximos e se afastaram. Outro assunto que poderá receber maior atenção é o papel da mídia no processo político do Estado.

A atuação da RBS volta ao debate

Um tema incontornável neste debate sobre as escolhas políticas que vêm sendo feitas no RS nos últimos anos diz respeito ao papel da RBS. O maior grupo midiático do Sul do país é um dos principais agentes políticos do Estado. O crescimento da esquerda no Estado, no final da década de 90, provocou uma forte reação dos setores conservadores gaúchos, reação esta que teve a RBS como um agente organizador política e ideologicamente. Em uma recente entrevista concedida ao programa Frente a Frente, da TV Educativa, o deputado estadual Flavio Koutzii (PT) resumiu bem esse quadro, lembrando a atuação do grupo durante o governo Olívio Dutra (1999-2002) e durante as administrações petistas em Porto Alegre. Uma atuação marcada por um combate ideológico sistemático e diário contra qualquer coisa que tivesse cheiro de esquerda. Um combate travado através dos jornais, rádios e televisões que a RBS opera no Estado. Dia e noite, noite e dia.

E a capacidade de combate desse grupo é composta, nada mais nada menos, pelas seguintes armas, relacionadas no próprio site do grupo: 18 emissoras de televisão aberta, 2 emissoras locais de televisão, 8 jornais diários, 26 emissoras de rádio, 2 portais de internet, operação orientada para o agronegócio, editora, gravadora, empresa de logística, empresa de marketing para jovens e fundação de responsabilidade social. Essa rede de veículos articula sistemática e organicamente a agenda da direita no Estado. Nenhum tema escapa. Durante o governo Olívio Dutra, a RBS começou a definir a pauta da oposição já no primeiro dia com a exploração do episódio do aparecimento de uma bandeira de Cuba na sacada do Palácio Piratini, na festa da posse. Um gesto espontâneo de um militante que havia saído do Rio de Janeiro para comemorar a vitória do PT foi transformado em um escândalo, um crime ideológico intolerável. Era só o prenúncio do que estava por vir.

Obviamente que o PT tem uma lista de erros em sua conta, entre eles o de não ter tido capacidade de responder a essa ofensiva político-midiática. Mas é muito difícil não reconhecer nas vozes raivosas do chamado anti-petismo, que mais uma vez apareceram nas ruas nesta campanha, o discurso, os símbolos e a agenda da RBS. Todos os movimentos da esquerda viram temas de máxima repercussão: a bandeira de Cuba, o relógio da Globo, os transgênicos, MST, Ford, o combate à corrupção na polícia, Aracruz, apenas para listar alguns. A vida interna do PT e de seus governos foi e é permanentemente devassada. Já as denúncias e escândalos envolvendo os partidos aliados da RBS são tratados com discrição ou simplesmente varridos para debaixo do tapete. O que poderia nos revelar, por exemplo, uma investigação sobre a vida interna do PTB?

Há vida interna do PTB? Como são suas finanças? Perguntas como estas são pauta permanente somente em relação à esquerda.

Na entrevista à TVE, citada acima, Flavio Koutzii lembrou alguns fatos significativos dessa trajetória. Fatos como a vinda do ex-chefe da Casa Civil do governo Fernando Henrique Cardoso, Pedro Parente, para ocupar a função de vice-presidente executivo do grupo. Ou como o lançamento do jornal Diário Gaúcho, voltado para a população mais pobre de Porto Alegre e da Região Metropolitana. Ou ainda como as demissões dos jornalistas Rogério Mendelski e José Barrionuevo, no início do governo Rigotto. Esses dois jornalistas compunham uma espécie de dupla de ataque contra o governo Olívio Dutra. Com a vitória do PMDB, em 2002, a RBS decidiu dar um caráter mais “light” à sua linha editorial, comprando a tese da “pacificação” do Estado proposta por Rigotto. Uma pacificação que, conforme os números da disputa eleitoral deste ano, segue sendo um balão vazio. O RS permanece um estado dividido ao meio politicamente. E a julgar pelas propostas apresentadas por Yeda para governar o Estado, que envolvem corte de gastos que devem afetar o serviço público, esse fosso pode se alargar.